



AValiação Pós-ocupação Aliado à Habitação de Interesse Social

ISTAN, Liamara Pasinato¹; KEMPF, Andressa²; MARTINELLI, Sabrina³; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de⁴

Resumo: As avaliações dos empreendimentos possuem considerável importância no esforço de melhorias das habitações de interesse social, podendo auxiliar tanto na avaliação de resultados quanto na identificação de erros e acertos diante dos objetivos do projeto. Entretanto, a diversidade desses programas bem como sua falta de clareza pode dificultar o processo de avaliação. Este artigo se propõe a estruturar um conhecimento geral da metodologia da Avaliação Pós-ocupação (APO), com a finalidade de obter melhor entendimento sobre o assunto. Também procura conceituar as técnicas de realização, juntamente com os profissionais envolvidos na área, bem como a aplicação de seus resultados. Por fim, associa-se a participação dos usuários no desenvolvimento das habitações de interesse social em busca do aprimoramento e melhorias para habitações futuras.

Abstract: Evaluations of projects have considerable importance in the effort to improve the social housing and can assist both in the evaluation of results and the identification of trial and error before the project objectives. However, the diversity of these programs as well as its lack of clarity can hamper the evaluation process. This article aims to structure a general knowledge of the methodology of the Post-Occupancy Evaluation (POE), in order to gain a better understanding on the subject. It also seeks to conceptualize the design of technical, along with the professionals involved in the area, and the application of its results. Finally, joins the participation of users in the development of social housing in search of the improvement and improvements for future housing.

Palavras-chave: Arquitetura. Usuários. Metodologia. Satisfação.

Key words: Architecture, methodologies, Users, Satisfaction.

INTRODUÇÃO

Os empreendimentos habitacionais de interesse social (EHIS) vêm sendo alvo de diversos estudos realizados no meio acadêmico. Em busca de melhores resultados, além de gerar benefícios aos seus usuários, também visa melhorias para a sociedade (IPEA, 2007).

¹ Autora e Orientadora. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICRUZ. E-mail: liapasinatto@hotmail.com

² Autora. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICRUZ. E-mail: dessakempf@hotmail.com

³ Autora. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICRUZ. E-mail: sabrina_marti@hotmail.com

⁴ Autor e Orientador. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICRUZ. E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com



Estes empreendimentos implicam diretamente no desenvolvimento das cidades e na qualidade de vida que elas proporcionam. De forma geral, para que haja benefícios para a sociedade são necessários bons resultados na relação entre o usuário e o produto oferecido pelos diferentes agentes envolvidos. Assim sendo, considerando os recursos investidos em programas habitacionais, se salienta a importância da satisfação e da geração de valor para a população atendida, para que realmente esses benefícios ocorram de forma duradoura.

De acordo com Way e Bordass (2005), existe uma demora na construção civil em aprendizagem sobre níveis de satisfação dos seus consumidores.

Gann, Salter e Whyte (2003) concordam que, em busca da melhoria dessa situação, são necessárias mudanças culturais e de práticas do processo, bem como o desenvolvimento de instrumentos de apoio.

Para isto, a etapa de uso é a mais propícia em aprendizagem sobre como atingir uma maior satisfação (WAY; BORDASS, 2005), considerando as avaliações uma possibilidade para visualização de resultados diante de ações realizadas (BORDASS; LEAMAN, 2005). Com essas avaliações, muito pode ser aprendido para a melhoria de futuros projetos.

Sendo assim, a principal intenção da aplicação da APO é avaliar a qualidade dos espaços internos e coletivos das habitações, buscando estabelecer uma relação entre o comportamento do usuário e o projeto idealizado pelos vários agentes do mercado imobiliário.

Se tratando da relação da participação do usuário na promoção da habitação de interesse social, observou-se a realização de diversos estudos, dentre os quais enfocamos nos benefícios que esta pode proporcionar para a construção de habitações futuras.

Considerando que a autoconstrução de moradias faz parte da história da civilização, esta vem sendo reaplicada como política habitacional juntamente com ações públicas e privadas. Desta forma, o assunto habitação de interesse social aliado à participação do usuário, justifica-se pela transformação nas políticas habitacionais nas últimas décadas, essencialmente na relação do estado com as políticas sociais.

Portanto, o estudo está direcionado à compreensão crítica de um tipo de construção, tendo em vista suas possíveis modificações, oferecendo um melhor auxílio as discussões e prática de normas para novos projetos em áreas específicas.

A avaliação trata-se de um conjunto de técnicas utilizadas para ao diagnóstico de uma determinada situação, desenvolvendo-se com a aplicação dos conceitos e dos procedimentos metodológicos, com o objetivo de aperfeiçoar esses procedimentos e avaliar a qualidade dos espaços internos e coletivos das habitações, buscando estabelecer uma relação entre o



comportamento do usuário e o projeto concebido pelos agentes do mercado imobiliário, o que possibilita à resultados mais precisos e abrangentes.

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) consiste em um conjunto de métodos e técnicas que pretendem determinar o desempenho de uma habitação em uso, onde se leva em consideração o ponto de vista do arquiteto e dos usuários, bem como seu nível e grau de satisfação com tal projeto.

A APO focaliza os ocupantes do edifício e suas necessidades, a partir das quais elabora insights sobre as consequências das decisões de projeto no desempenho da edificação. Este procedimento constitui-se na base para a criação de edifícios melhores no futuro. (RHEINGANTZ, 2000).

É ela que diagnostica fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso, a partir da análise de fatores socioeconômicos, infraestrutura e superestrutura urbana dos sistemas construtivos, conforto ambiental, conservação de energia, fatores estéticos, funcionais e comportamentais.

O interesse por uma compreensão mais detalhada das diferentes performances do ambiente construído no tempo induziu o surgimento de várias disciplinas preocupadas em analisar tanto o comportamento de seus elementos construtivos (cobertura, paredes, revestimentos, e outros) quanto à própria dinâmica de uso de uma edificação ou conjunto edificado (Stevens, 2003; Duarte et al. 2005). A busca por esse tipo de conhecimento teve origem tanto nas ciências humanas e sociais (Sociologia, Psicologia, Geografia) quanto na tecnologia (Arquitetura e Urbanismo, Engenharia), de modo que, a partir da década de 60, a gradativa “conscientização do designer” (Sommer, 1979) começou a definir um campo específico de estudos, conhecido como APO.

Dentre os principais elementos que são analisados, destacam-se os aspectos físicos, funcionais e comportamentais, relacionados às questões técnico-construtivas dos edifícios, de funcionalidade e às atividades dos usuários no local bem como suas percepções com relação ao mesmo, respectivamente.

Portanto, entende-se que os objetivos das pesquisas realizadas para a APO são definidos em função do objeto analisado, dos recursos humanos e financeiros disponíveis, dos prazos diferenciados e do tipo de resultados que se pretendia juntamente com sua aplicabilidade futura.

No contexto acadêmico brasileiro, uma das principais aplicações dos resultados desse tipo de pesquisa tem sido o embasamento de novas propostas arquitetônicas (Elali, 2000; Ornstein, 2002; Del Rio, 2002; Heineck & Fernandez, 2004), ou seja, uma maneira de ampliar



os conhecimentos incentivando a renovação arquitetônica. Nesse sentido, a implementação de bancos de dados na área é cada vez mais necessária e oportuna.

O procedimento consiste no levantamento de informações pertinentes para projetos futuros, buscando uma melhoria tanto da parte projetual como no bem estar na sociedade.

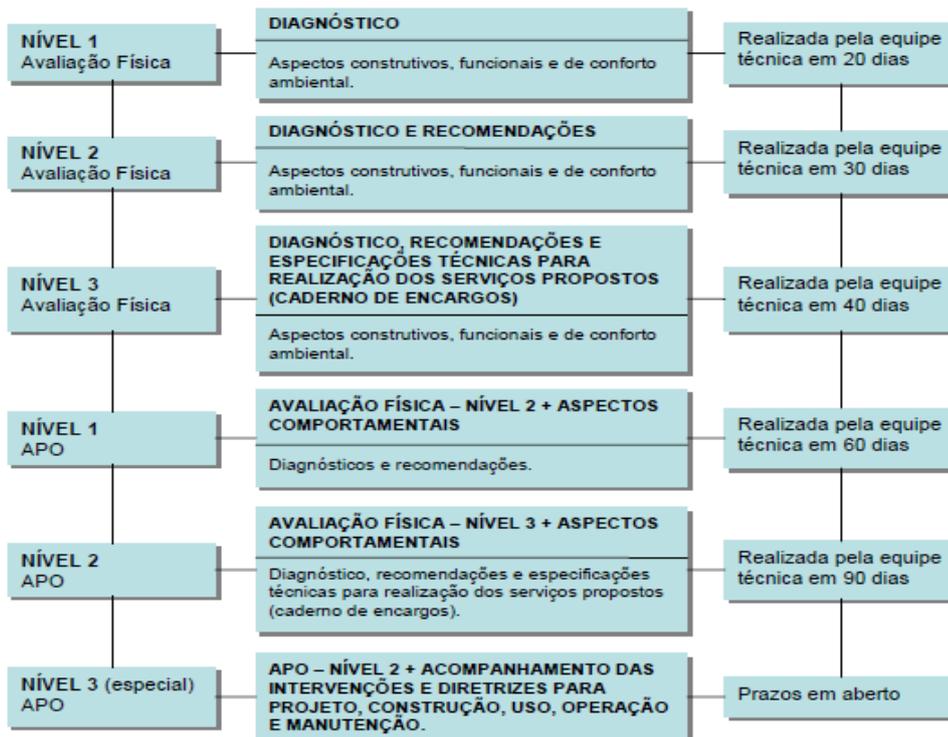
No entanto, a APO é realizada diariamente sem que percebamos de maneira informal, devido a inconvenientes de obra como, por exemplo, ao ouvirmos conversas ou ruídos de outros ambientes por falta de tratamento acústico, ou então a temperatura do ambiente assim como sua iluminação/insolação. Todos estes fatores que beneficiam ou prejudicam a moradia.

De acordo com a classificação de Preiser (1989), é a partir dos objetivos do cliente e de seu tempo necessário que a APO possibilita a adoção de melhorias a curto, médio e longo prazo.

- a) APO de curto prazo: proporciona a indicação dos principais aspectos positivos e negativos do objeto em estudo, através de visitas exploratórias e entrevistas selecionadas com usuários;
- b) APO de médio prazo: trata-se do nível anterior acrescido da explicitação de critérios referenciais do desempenho;
- c) APO de longo prazo: define detalhadamente os critérios de desempenho, utiliza técnicas sofisticadas de medidas mantendo uma relação com as respostas dos usuários. No entanto, exige recursos bem maiores do que os níveis anteriores.

Analisando estes três níveis, Ornstein (1992) concluiu que pesquisadores nacionais baseados em diversas pesquisas aplicadas em APO, propõem a difusão dos mesmos em outras seis, os quais condizem com a nossa realidade. Dentre os seis, três classificam-se de forma físico avaliativa e as demais referem-se especificamente as APOs. Segue abaixo os seis níveis propostos.

Figura 01 – Os seis níveis de serviços de avaliação para o caso brasileiro



Salienta-se que estas informações que compõe a tabela são a base para os métodos que poderão ser adotados, não configurando parâmetros a serem cumpridos rigidamente. Deve-se ter atenção para cada caso específico, como por exemplo, aqueles referentes ao nível 3 que abrange edifícios complexos tais como hospitais, aeroportos etc.

Por outro lado, de um modo geral Ornstein, p.43, 2002 apresenta inúmeras vantagens dentro dos serviços de avaliação, tais como:

- a) Propor recomendações sobre problemas técnico-construtivos, funcionais e comportamentais para o objeto em estudo;
- b) Envolver projetistas, clientes e usuários no próprio processo de avaliação e decisão, seja elas de caráter físico ou organizacionais;
- c) Conscientizar os principais agentes envolvidos no uso, operação e manutenção do ambiente objeto de avaliação, no sentido da conservação e otimização do desempenho do patrimônio imóvel, pois este fator está associado ao bem estar e a produtividade dos ocupantes;
- d) Controlar a qualidade do ambiente construído no decorrer de seu uso, minimizando custos de manutenção e de intervenções físicas propostas;
- e) Desenvolver manuais de manutenção e operação para ambiente construído em uso;
- f) Desenvolver plano diretor de “rearranjo”, flexibilização e/ou expansão dos espaços de ambientes construídos já em uso para maior adequação destes às funções diferenciadas e a avanços tecnológicos na área de comunicação e de informática;
- g) Desenvolver manuais/diretrizes de projeto, critérios, padrões e normas para projetos futuros de ambientes construídos semelhantes.



Este campo de trabalho ainda está em pleno aperfeiçoamento e amadurecimento, brevemente deverá ser implantada ao processo produtivo dos edifícios.

Desta forma, a APO está se tornando um ótimo instrumento no desenvolvimento dos edifícios e também do seu projeto. Aliado ao conhecimento que se tem do padrão cultural, juntamente com as necessidades dos clientes e da identificação, dos níveis de satisfação pretendidos pelo cliente com o produto, não será difícil identificar suas insatisfações, mudanças de hábitos, ou até mesmo as suas fontes de necessidades.

METODOLOGIA

A metodologia apresenta-se através de uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível avaliar as concepções existentes em pesquisas realizadas anteriormente, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes. Assim, o artigo foi elaborado na disciplina de Projeto de Arquitetura VII, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, onde procurou impulsionar o aprendizado e o amadurecimento na área de Avaliação Pós Ocupação relacionada com a temática de Habitação de Interesse Social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, a produção científica na área vem em uma crescente evolutiva, devido à ampliação de ideias e forma de pensar dos técnicos e usuários na busca por ambientes que passem por um preciso controle de qualidade nas mais variadas etapas de produção e uso.

O amadurecimento dos processos estatísticos juntamente com a abrangência das pesquisas até então realizadas, contribuiu para a formação de pesquisadores e especialistas na atuação da APO. Estas, desenvolvidas de forma integrada e em contato com a consultoria de planejadores, paisagistas, economistas matemáticos e psicólogos, constituem um leque de tarefas, pesquisas e atividades, que reforçam o aperfeiçoamento deste campo de conhecimento no Brasil.

Se tratando da equipe de avaliação, Parshall (1989) sugere que a mesma seja representada por diversos níveis de interpretação e observação. Contribuindo para uma avaliação mais clara e objetiva. A equipe pode constituir-se de três a sete pessoas, sendo eles, administrador, supervisor de equipamentos, representante dos usuários, programador, projetista e um supervisor de projetos.



Ornstein (1992) salienta que “quanto ao organograma da equipe técnica, ele deve ser, sempre que possível, interdisciplinar, tendo-se em mente os objetivos específicos de cada avaliação e buscando-se especialistas das áreas necessárias”. A autora sugere então, uma equipe básica baseada na experiência brasileira em APO:

- a) Coordenador geral da pesquisa em APO, que deve ser um especialista na área, com vasta visão no assunto, possuindo capacidade para gerenciar equipes.
- b) Pesquisador, que coordena um determinado estudo de caso, seja ele um ambiente ou conjunto de ambientes construídos. Tratando-se do meio entre o encaminhamento dos trabalhos finais e o coordenador geral do projeto, controlando os prazos, e o andamento dos trabalhos. Á ele estaria subordinado estagiários-graduandos em arquitetura ou áreas afins.

De forma mais abrangente, a APO pode se configurar em recomendações físicas ou de estruturas organizacionais de acordo com o estabelecimento em questão. Sendo assim, pode se transformar em instrumento de planejamento estratégico e de incremento de produtividade.

Em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Japão, esse tipo de avaliação é entendido como instrumento de realimentação do processo de desenvolvimento de projetos há pelo menos quatro décadas.

Já no Brasil, a APO vem sendo incorporada gradativamente nas práticas de construtoras, gerentes de facilidades e escritórios de arquitetura, sobretudo após a promulgação do Código de Defesa do Consumidor no início da década de 1990 e, mais recentemente, com a entrada em vigor da ABNT NBR 15.575 - Edificações residenciais – Desempenho (NAKAMURA, 2012).

O condicionante que determina o período e a forma com que a APO é realizada varia em cada caso, geralmente se indica quando ocorre mudanças consideráveis de uso ou então alguma reforma no objeto arquitetônico. Todo e qualquer ambiente edificado, indiferente de sua complexidade é apto para efetuar uma possível avaliação.

Portanto a APO pretende promover a ação (ou a intervenção) que propicie a melhoria da qualidade de vida daqueles que usam um dado ambiente, produzir informações na forma de banco de dados e gerar conhecimento sobre as relações ambiente-comportamento.

Quando se trata de projetos de pequeno porte, as avaliações podem ser simplificadas, envolvendo um simples questionário realizado com os usuários. Já se tratando de obras de grande porte, pode-se exigir a introdução de metodologias mais complexas e sofisticadas bem como a contratação de técnicos especializados. O ambiente construído pode ser dividido em duas etapas de seu ciclo vital:



- a) Fase de produção (de curta duração) na qual estão incluídas as etapas relativas ao planejamento, projeto e construção do edifício, etapas estas já consagradas e bastante conhecidas no âmbito da arquitetura e engenharia.
- b) Fase de uso (de longa duração) quando o ambiente construído passa a ter um papel social pleno, cuja eficiência é medida pela satisfação dos usuários (ORNSTEIN, p.15, 1992).

Resumidamente, pode haver dois tipos de avaliação do ambiente construído, a avaliação técnica, que abrange ensaios em laboratórios ou in loco, ou seja, com ou sem o controle das condições ambientais de exposição. E também a avaliação do ponto de vista dos usuários, o qual teve seu início nos países desenvolvidos com a construção dos conjuntos habitacionais em grande escala, devido ao fato de não satisfazer as necessidades dos mesmos, não se tratando apenas das condições técnicas de produção de uso, mas também das expectativas dos usuários no ambiente construído.

O princípio da avaliação de desempenho consiste na idade-limite, que se refere à idade do ambiente construído e está associada à ideia de vida útil, ou seja, o período de tempo pelo qual o produto atende as necessidades dos usuários.

A partir da vigoração da NBR 15.575 (ABNT, 2013) as avaliações pós-obra dos projetos não podem ser mais obsoletas para os itens descritos na norma. Um dos pioneiros na APO foi o CSTB de Paris, que serviram de roteiro básico para os demais institutos de pesquisa, inclusive o Brasil, o qual fez adaptações referentes ao seu contexto e realidade. O método adotado pelo CSTB contempla 14 itens avaliativos como segurança estrutural, segurança contra fogo, segurança de uso, estanqueidade, conforto hidrotérmico, pureza do ar, conforto acústico, conforto visual, conforto tátil, conforto antropodinâmico, higiene, adaptação de uso, durabilidade e economia.

O trabalho normalmente exige a realização de testes e cálculos com o uso de equipamentos como luxímetros para medição das condições lumínicas e decibelímetros para medição de níveis de pressão sonora. Deve-se ter atenção para que esta listagem seja considerada dentro do contexto social, econômico, cultural, tecnológico e físico-climáticas em que se apresenta.

Estudos sobre a geração de valor em habitações de interesse social têm sido realizados com o objetivo de melhorar a qualidade das habitações e o nível de satisfação de seus usuários. Sabe-se que a captura de requisitos do cliente, é o primeiro passo para o processo de geração de valor. No entanto, há dificuldade em identificar os requisitos da população de interesse social para a habitação (CONCEIÇÃO, 2015).



As questões e dúvidas inicialmente abordadas neste contexto foram como conhecer as necessidades dos usuários e como viabilizar a participação destes, no desenvolvimento dos projetos para o uso coletivo, sendo que se trata de um objeto a ser apropriada por milhares de pessoas e famílias, cada qual com seus objetivos e necessidades.

Analisando o contexto, se identificou uma primeira dificuldade em tornar possível esta participação coletiva, relacionada diretamente com a compreensão por parte daqueles que não possuem um contato direto com os códigos de representação do objeto arquitetônico.

Tendo em vista todas essas dificuldades de comunicação entre o objeto imaginado e o mundo real, obter a participação de um leigo num projeto significa, também, dar-lhe os meios de acessar esses códigos de representação para que possa entender o que está sendo proposto e contribuir com a proposição (COLETÂNEA HABITARE, 2002).

Obviamente deve-se dar a eles o direito de entender sobre o que se está falando e projetando, caso contrário, o projeto participativo seria apenas uma maneira de manipular suas decisões a favor daqueles com maior instrução sobre o assunto abordado. Este projeto demanda níveis diferentes de participação, desde soluções técnicas bem como as projetuais, a qual na verdade é uma das questões mais teóricas a ser enfrentada.

É de fundamental importância que as construções viabilizem um conceito mais amplo de habitação como um complexo de bens e serviços que devem ser agradáveis no tempo e no espaço.

A casa é a figura de quem ali reside, nela poderão ser construídas boas relações humanas e realizadas boas perspectivas, as barreiras arquitetônicas podem gerar boas comunicações ou não, isso depende do posicionamento do projeto e das informações sobre as necessidades individuais de cada ser humano. Uma casa pode ser adequada a um indivíduo e a outro não, isso depende do usuário, de suas necessidades, de seus anseios. Assim, deve atender os aspectos de autonomia e bem estar (COSTI, 2002).

O que se acredita, é que ao conhecermos o meio onde esta população está inserida, qual a sua realidade de vida e a forma de uma comunidade no espaço, poderíamos projetar a ela ambientes com os quais se identificasse. No entanto, o espaço arquitetônico não é neutro perante o fato social, muito pelo contrário, ele é fundamentalmente intencional, tanto nas atividades, no contato com as pessoas é ele quem oferece as possibilidades de apropriação de determinado lugar.

Esta análise e interação entre os moradores e suas moradias têm gerado resultados bastante vantajosos, se tratando da determinação das condições de habitualidade se



comparado às restrições financeiras que se enfrenta nestes empreendimentos de habitações populares.

A principal vantagem desta abordagem é visualizar e entender o objeto exatamente como ele se apresenta à nossa compreensão. Sendo sutilmente complementar aos procedimentos realizados na APO, pois evidencia capacidades avaliativas que as demais metodologias não abrangem. Assim, nos possibilitamos enxergar novos ângulos e situações antes não imaginadas.

Quando a territorialidade, a privacidade, a identidade e a ambiência são afetadas, o morador rejeita as soluções dadas, por mais que os projetistas se tenham empenhado para o sucesso de seus projetos. Isso aponta para a necessidade de aumentar a participação dos usuários no processo de decisão de projeto, a partir da perfeita compreensão do que está sendo proposto. Aponta, também, para a necessidade de se fazerem avaliações sistemáticas nos assentamentos habitacionais populares, com o objetivo de coleccionar os conflitos recorrentes e fechar cada vez mais o foco no rumo da habitabilidade (COLETÂNEA HABITARE, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle da qualidade da produção é, na realidade, uma consequência da soma dos fatores que devem acontecer antes, durante e após o fato construtivo, ou seja, não se garante a qualidade de um edifício só pela qualidade de seus projetos enquanto produto.

O fato de serem bem projetados e bem especificados não dão aos edifícios todas as características qualitativas.

Sem dúvida, esta é uma condição importantíssima, mas não é a única. Com isso, a abordagem realizada para o conhecimento e análise das interações entre os moradores e suas moradias tem se mostrado de suma importância, principalmente no que diz respeito às condições de habitações de interesse social.

A grande vantagem é procurar ver e compreender o ambiente tal qual ele se apresenta à nossa percepção. Com isso conseguimos enxergar novos ângulos e perceber situações nunca imaginadas.

Conclui-se que é a partir das APOs realizadas nas edificações, que obtemos resultados precisos, os quais podem englobar aspectos positivos ou negativos, mas são estes aspectos que serão levados em consideração em avaliações futuras bem como terão influencia na realização de empreendimentos da mesma linha.



Os resultados e problemas apontados devem sempre que possível ser identificados e corrigidos, onde uma das soluções de suma importância é o aumento da participação dos usuários no processo de decisão do projeto, com o intuito de corrigir os conflitos recorrentes e ter um foco maior no rumo da habitabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, P.; IMAI, C., URBANO, M. Captura e hierarquização de requisitos do cliente de habitação de interesse social a partir da avaliação pós-ocupação e da técnica de preferência declarada. *Gestão & Tecnologia de Projetos*, São Carlos, 10, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/gestaodeprojetos/index.php/gestaodeprojetos/article/view/299>>.

Acesso em: 11 Aug. 2015.

NAKAMURA, Juliana. Como fazer a avaliação Pós-Ocupação. *aU – Arquitetura e Urbanismo* - 2012. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/237/como-fazer-a-avaliacao-pos-ocupacao-302156-1.aspx>. Acesso em: 11 Ag. 2015

RHEINGANTZ, Paulo A. Aplicação do Modelo de Análise Hierárquica COPETEC-COSENZA na Avaliação do Desempenho de Edifícios de Escritório. COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Tese [Doutorado em Engenharia de Produção]

ABIKO, Alex K.; ORNSTEIS, Sheila W. Artigo: Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social.

ABIKO, Alex K.; ORNSTEIS, Sheila W. Artigo: Avaliação Pós Ocupação: Métodos e Técnicas aplicados à Habitação Social.

MORAES, Amauri G.; PANDOLFO, Adalberto; ROJAS, José W. J.; SALLES, Marcele; PANDOLFO, Luciana; GUIMARÃES, Jalusa; REINEHR, Renata. Artigo: Avaliação e comparação de obras de habitação de interesse social auxiliado por ferramenta computacional.

SCHONBERGER, R. *World Class Manufacturing. The Lessons of Simplicity Applied*. New York & London : Free Press, 1986. In: BARLOW, 1998. Artigo: A habitação de interesse social: conceito e impactos.

MEDEIROS, Mirian Rodrigues Leal; COELHO, Clarimar José. Artigo: Habitações de interesse social com ênfase na sustentabilidade.

MALARD, Maria Lúcia; CONTI, Alfio; SOUZA, Renato César Ferreira, CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. Artigo: Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica.



PANTE, Vinicius. Artigo: Avaliação Pós Ocupação em estabelecimentos de assistência á saúde pública da cidade de Passo Fundo – RS.

REIS, Antônio T.L.; LAY, Maria C.D. Artigo: Habitação de interesse social: uma análise estética.

RHEINGANTZ, Paulo A.; COSENZA, Carlos A.; COSENZA, Harvey; LIMA, Fernando R. Artigo: Avaliação Pós Ocupação.